

A Universidade Burguesa e a Formação do Docente em Jornalismo em suas Contradições: um Diálogo Crítico entre Gramsci e Paulo Freire¹

Priscila Bueker SARMENTO²
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

RESUMO

Necessária reflexão crítico dialética sobre a universidade pública brasileira de base estrutural burguesa e a formação docente na área de comunicação, especificamente o jornalismo, este artigo traça apontamentos iniciais e levanta discussões, a partir de referencial exploratório bibliográfico, sobre ambos aparelhos ideológicos na teoria da hegemonia do marxista italiano, Antonio Gramsci. Como os escritos *gramscianos* expressam desejo de superação do sistema capitalista por meio da luta da classe trabalhadora em processo de revolução permanente, tal conquista da direção social deve vir concomitante à politização das massas alicerçadas na educação crítica humanista libertadora conforme propõe o pernambucano Paulo Freire, sobretudo, desafiadora para sujeitos do processo pedagógico da comunicação pois oposta àquela bancária de acúmulo de conhecimento historicamente praticada na academia.

PALAVRAS-CHAVE: Antonio Gramsci; formação docente; jornalismo; Paulo Freire; universidade burguesa.

INTRODUÇÃO

Conhecer o mundo é ato necessário a construção do sujeito histórico na contemporaneidade, quando do nosso olhar atento para o passado para compreender e interferir no presente objetivando construir novas possibilidades de futuro (FREIRE, 1974). Responsáveis por fomentar saberes e produzir conhecimento na dita democracia liberal burguesa, *a priori*, tanto a educação como a comunicação (jornalismo) imbricam-se permeando as relações sociais como instrumentos de poder, na perspectiva quer seja para a potente emancipação do sujeito histórico (como forma de resistência e mudança) ou, numa lógica determinista burguesa, para reiterar e manter o *status quo* de exploração e dominação sustentados pela ideologia neoliberal capitalista.

¹ Trabalho apresentado no GT 6- Comunicação, Educação e Ensino do Pensamento Comunicacional Brasileiro: o Cidadão Freireano na Sociedade Contemporânea e as Contribuições Institucionais, VIII PENSACOM BRASIL 2021.

² Pesquisadora integrante do Núcleo de Pesquisa e Ação Observatório da mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência (UFES/CNPq). Mestre em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo. Email: pbueker21@yahoo.com.br

Se epistemologicamente a comunicação é a ação de pôr em comum, romper o isolamento, comum + ação, devemos atentar de qual comum nos referimos: se aquele da lógica relacional opressiva (relação Eu-isso) ou o comum da lógica relacional emancipatória (relação Eu-outro), levando em consideração a luta de classes em uma sociedade marcada pela intensa exploração da mão-de-obra trabalhadora e pela coifificação e objetificação quando sistematicamente tanto as materialidades como as subjetividades do homem tendem a transformar-se em mera mercadoria lucrativa para enriquecimento burguês, ou seja, daqueles donos dos meios de produção que seja de bens simbólicos como os relacionados à esfera da comunicação.

Pensando sobre o lugar do jornalismo como mediador do debate público na comunicação social, Genro Filho (2012) contrasta o jornalismo como trabalho intelectual que produz forma de conhecimento cristalizado na singularidade dos fatos, mas que nasceu como necessidade acompanhada da base material da indústria capitalista com *modus operandi* como ofício e técnica de construção da notícia, enquanto Morethzson(2007) o vê como forma de desnudamento e esclarecimento dos fatos quando do seu uso crítico em relação ao cotidiano. Na prática, a potência do jornalismo que se posiciona a favor dos subalternos tomando por base as contradições sociais envoltas no seu trabalho desde a formação do profissional até a construção da notícia, privilegiando múltiplas narrativas, contrapõe-se à visão linear de mundo positivista representada pelo discurso único e pela técnica como instrumento alienante sob o mito da neutralidade e da imparcialidade da mídia tradicional, sendo esta parte do mesmo aparato burguês que criou a ciência técnica moderna.

A partir desta interpretação crítica de verificação da existência e disputa narrativa entre jornalismo (s) pensemos na formação de novos profissionais docentes na área acadêmica da comunicação (focando no jornalismo) da pós *scripto sensu* das universidades públicas federais, pois suas visões de mundo provavelmente interferiram na formação ético-moral e intelectual de novos jornalistas (alunos) graduandos, futuros profissionais que vão atuar no mercado privado, mas que partiram das contradições de um espaço público de ensino.

Nuances entre o público e o privado são bem exploradas nos estudos de Meditsch (2012), levando em consideração o contexto socioeconômico e político que se desenvolveram as pesquisas e docência na área, para traçar uma nova pedagogia

da comunicação não autoritária mas emancipatória. Aqui, o tema é refletido de forma conectiva num diálogo entre o filósofo marxista italiano, Antonio Gramsci, e sua teoria da hegemonia, com o “devir-ser” do pensamento crítico-emancipatório e libertário do educador pernambucano, Paulo Freire, e em conjunto com referencial exploratório bibliográfico.

1) Jornalismo e educação: convergências e divergências a partir da universidade

Ao introduzir uma reflexão sobre hegemonia, Gramsci a “pressupõe como conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classe sobre as outras” (MORAES, 2010, p.1). Naquele momento, a disputa dava-se entre a classe operária o Estado totalitário italiano; entre dominantes e dominados. Para Gramsci, há instituições que, representantes do *status quo*, são capazes de exercer a influência ideal “plasmando” a consciência coletiva e forjando sua hegemonia de sociedade dentro do bloco histórico, estrutura e superestrutura. Entre elas, a igreja (religião) e o serviço militar. Nesta práxis do conflito, a sociedade política (aparato do Estado onde a universidade é subordinada estruturalmente) e a sociedade civil são as duas esferas de embate pela hegemonia no interior das superestruturas. Antonio Gramsci considera como parte da sociedade civil aquelas instituições responsáveis por propagar suas visões de mundo (aparelhos ideológicos) como os meios de comunicação (dentre eles o jornalismo) como a própria escola e a universidade, os partidos políticos, os sindicatos, etc. Do outro lado do embate pela hegemonia (conquista pelo consenso) há o aparato estatal de repressão e violência burocráticos da chamada sociedade política (GRUPPI, 1978).

Antes de ser preso, em 1926, pela ditadura fascista de Benito Mussolini e estudar a sociedade italiana e estratégias de mudança social, Gramsci(1982) havia fundado o Partido Comunista da Itália (PCI) que na visão do filósofo seria “O Príncipe” que simboliza a vontade coletiva com o objetivo de destruir o Estado burguês, abolir o capitalismo e realizar o comunismo, ou seja, uma sociedade igualitária após abolidas as classes sociais e baseada na propriedade comum dos meios de produção. No entanto, para chegar ao comunismo seria necessário uma revolução passiva que viria na constante luta pela hegemonia(“guerra de posição”) onde o proletariado chega ao

poder sem romper o tecido social, mas sim adaptando-se a ele e modificando-o gradualmente, não sem antes ser educado para a consciência de classe.

Nesse sentido, cada relação de hegemonia é sempre pedagógica, pois envolve uma prática de convencimento, de ensino e aprendizagem. No Brasil, historicamente, como espaço formal e institucionalizado de ensino, as primeiras universidades vieram nascer só na Primeira República (1889-1930) depois de muita relutância burguesa desde o século XVI, pois como afirma CUNHA (2017) antes a Corte Portuguesa (metrópole) controlava não só os nossos recursos naturais como o próprio conhecimento afim de domesticar o povo explorado (colônia), tornando- os propositadamente ignorantes por meio do mutismo. Gadotti (2011) explica que a mudança no ambiente de ensino precisa partir dos próprios sujeitos que dele fazem parte, pois o sistema seria em gênese conservador. Verificando, o próprio marco conceitual e regulatório da pós-graduação brasileira, o Parecer nº977/1965, tem origem no autoritarismo da Ditadura Militar (1964-1984). O documento elege como “exemplo de pós-graduação” a norte-americana, voltada para a linguagem positivista do progresso e a formação de profissionais liberais, em contraponto às dinâmicas latinas contempladas na filosofia da educação crítica de Paulo Reglus Neves Freire³ (1921-1997), que visa formar cidadãos conscientes e sujeitos autônomos capazes de examinar os problemas sociais em sua historicidade, nunca implantada como política pedagógica oficial no Estado Federal Brasileiro, entretanto, teoricamente abarcada por estudos na academia.

Se a forma de produção do conhecimento na universidade funda-se em sua criação numa funcionalidade não crítica ao gosto das elites, apenas para fornecer mão de obra “qualificada” ao mercado, não se pode desprender a formação no ensino superior dos seus conflitos sócio-históricos (originalmente ocupada por uma classe média branca, realidade que só veio alterar-se nos governos progressistas 2003-2016 com as políticas públicas afirmativas de cotas para discentes). Conflitos sócio históricos que, com a Constituição de 1988 pós- redemocratização que também estava na agenda da burguesia, passam a ser configurados sustentando-se a partir do aparato

³ Nascido na região nordeste do Brasil, historicamente renegada pelo poder público, educador popular contra o analfabetismo e teórico “pés no chão” e imerso na realidade, propõe uma pedagogia antissistema, ação cultural ético-política baseada na dialogia e libertação dos excluídos e “esfarrapados do mundo” das amarras capitalistas a partir da reflexão crítica de suas vivências em direção à mudança sócio-histórica.

legal no Estado Democrático de Direito.

No impulso da globalização, a partir dos anos 1990, tanto o sistema educacional como também o aparato legal da comunicação social- incluindo o jornalismo, seus códigos deontológicos, suas diretrizes de ensino- são forçados a adaptar-se à linguagem do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016) que trata a política como técnica e, ao mesmo tempo, esvazia o Estado limitando o seu papel social, e privilegiando a competição do livre mercado, atingindo as sociabilidades humanas num processo cotidiano quase imperceptível corrosivo de suas subjetividades.

Nesta configuração, a universidade é estruturada burocraticamente e hierarquicamente calcada no gerencialismo com modo mecanicista de educação e pesquisa também nos departamentos de Comunicação onde se engloba a área do jornalismo, e como explica Meditsch (2012), falta autocrítica na universidade brasileira onde historicamente a estrutura acadêmica se dá mais ligada a distribuição de títulos e diplomas (“O Rei-Doutor”) com função de reprodução de estrutura de classes sem mobilidade social que propriamente ligada à uma pedagogia da comunicação libertária. Como parte da Administração Pública que goza de relativa autonomia, a universidade também consegue distribuir e escalonar as suas funções executivas (poder hierárquico), sendo que para atuar como docente na educação terciária (graduação) é preciso a qualificação quaternária (o título de mestrado ou doutorado na pós graduação *scripto*), como também controla o desempenho dessas funções, a conduta interna destes servidores por meio do poder disciplinar.

A universidade é, assim, um espaço que presta um serviço público de educação⁴ sem fins lucrativos, mas que se sustenta na corrosão das subjetividades por meio da competitividade e não da cooperação, quando as próprias regras estruturais de manutenção hierárquica (ascensão por aspectos meritocráticos como volume de produtividade científica) e de acesso à instituição (acesso via concurso público; espaço de seleção, e portanto, exclusão) tendem a gerar concorrências, disputas, individualismos e constrangimentos típicos da ideologia e do pensamento neoliberal

⁴ Para tratar do funcionamento legal da Universidade Pública Federal, recorremos a Constituição Federal de 1988, também a Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais e pelos seus estatutos. Vista à finalidade social (investimento, educação, serviço e intervenção), o aparato legal considerando os aspectos administrativos, jurídicos, organizacionais e princípios para organização da carreira docente, dota a universidade de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, indissociabilizando o ensino da pesquisa e da extensão.

burguês- e que pode terminar por ocasionar um espaço até insalubre e de adoecimento (NETTO, 2020; BIANCHETTI; MARTINS, 2018), devido as pressões organizacionais, entre docentes e discentes no processo pedagógico universitário de ensino. Um espaço que teoricamente pode apresentar discurso progressista, porém, rasteiramente subordinado aos ditames do capital quando pratica a desumanização do ato de educar.

O Estado capitalista não expressa apenas uma correlação de forças na qual predominam os interesses das classes dominantes. É, antes de mais nada, uma relação social que cria força e modifica essas correlações em favor dos que dominam. Supor que o Estado “reflete” a luta de classes implicaria concebê-lo como uma entidade neutra, que revela o ponto em que se encontra a correlação de forças entre as classes, algo assim como um termômetro político. Mas, ao contrário, o Estado tem um papel ativo na luta de classes a favor da integração e da organização das classes dominantes e da dispersão e desarticulação das classes dominadas. Apesar disso, o Estado burguês expressa de algum modo a forças das classes dominadas. Mas esta expressão se realiza *como classes dominadas*. Isso significa que o Estado capitalista pode assumir e expressar posições e expressar posições das classes dominadas apenas de forma mediatizada e distorcida, à medida que a força e os interesses dessas classes se refletem ou se expressam numa instância que não existe para assumir qualquer força social ou para medir objetivamente e sem impurezas as correlações de força entre as classes, mas sim para incidir ativamente nessas correlações a favor das posições do bloco dominante. A ideia de que o Estado burguês expressa “conquistas” dos dominados (direito à greve, sindicalização, partidos populares, fórmulas democráticas de dominação) deve ser entendida, portanto dentro desses limites. São conquistas, porém desvirtuadas e filtradas pela ação estatal. (OSÓRIO, 2019, p. 51-52)

Se o Estado é burguês porque suas condições objetivas determinadas favorecem à burguesia, e é o próprio Estado quem destina recurso público para manutenção da universidade da graduação à pós- graduação *scripto*, por exemplo, pensemos como deste aparato institucional é possível a formação de profissionais docentes críticos contra a realidade social determinada pelo capitalismo ou como jornalistas que vão atuar no desnudamento dos fatos sob perspectiva crítica em um outro jornalismo que não o dominante.

1.1 O impacto das estruturas tradicionais na formação docente e dos jornalistas

Pela ação política de alfabetizar populares conscientizando adultos trabalhadores rurais para leitura de um mundo de opressão que deve ser desvelado e superado, como foi na experiência de Angicos (1963), no Rio Grande do Norte, Paulo Freire foi considerado subversivo e cassado pela ditadura militar de 1964. Forçado ao exílio, no Chile, sistematiza uma pedagogia do oprimido⁵ que visa desinternalizar e romper com a violência e dominação da pedagogia do opressor da educação tradicional burguesa, libertando o oprimido em busca da construção de uma sociedade democrata popular.

Contra a ideologia tradicional do mesmo Estado autoritário que cassava e também praticava violenta repressão às universidades o sociólogo Florestan Fernandes pensa, em ‘Universidade Brasileira: Reforma e Revolução(1978), uma universidade nova, descrita como ‘universidade multifuncional e integrada’, propondo inclusive repúdio inegociável às forças conservadoras contra-revolucionárias que defendiam interesses dos profissionais liberais da universidade na época ditatorial. Para pensar no futuro não criado era necessário, para Fernandes(1978), libertar o ensino superior da determinação a partir de fora, partindo do fluxo de relações de dependência (capitalismo dependente) para criar uma nova sociedade nacional.

Na contemporaneidade, toda essa problemática histórica que forjam as estruturas tradicionais da universidade conforma a sua gestão pública e gratuita à lógica do mercado, ou seja, de gestão do setor privado (modelo empresarial da educação, privatista do ensino), que acaba por precarizar as relações sociais institucionais internas e como instituição *status quo* que precisa dar retorno social ao cidadão, resultando em crises mesmo gerida dentro de um modelo legal na democracia burguesa que, em tese, garantiria sua manutenção como espaço de inclusão seja no ensino, ou nas atividades de extensão e pesquisa. Segundo Souza, Berti (2013) a dicotomia fim social x fim mercantilista do ensino de jornalismo é um dos principais desafios da formação acadêmica a partir da universidade e todos estes desafios e vivências na formação teórica, política e social, notadamente em meio a uma formação profissional tecnicista partem não só de um Jornalismo mas de uma Universidade Brasileira em crise.

Desta forma, contextualizando a hegemonia como práxis do conflito em relação aos aparatos de educação e da comunicação, há de se contemporanizar: a lógica

⁵ Influenciado por diversas correntes teóricas, foi com PO que Freire se ateve a educação como práxis revolucionária, inclusive em contato com obras como do próprio Antonio Gramsci. Para Schnorr (2015, p.47) “a educação libertadora para Freire é fundamental na práxis revolucionária, pois não se pode primeiro fazer a revolução para depois pensar que educação queremos. Esta práxis deve ser, também, práxis educativa e cultural.”

neoliberal do ensino que forma as estruturas da universidade brasileira dentro do Estado Democrático do Direito permite, ou ao menos propicia, ideologicamente que caminhemos em algum sentido para essa emancipação? Ou quanto (e como) as estruturas têm negado ou dificultado a potência da esperança simbolizada no ato político destes sujeitos no que tange a tentar romper a lógica do capital dentro e fora da universidade por meio do ensino se tomarmos como objeto de análise o trabalho jornalístico? Como impacta na formação de novos profissionais em jornalismo, sejam docentes para permanecerem nestas estruturas ou como repórteres para trabalharem no próprio mercado da comunicação? Afinal, se enxergam como operários trabalhadores?

Todas estas questões precisam vir refletidas criticamente com o círculo de produção do saber institucional: o docente educa para a formação profissional de novos jornalistas na graduação; já o trabalho do jornalista de construção da notícia como compartilhamento das imediatezidades também impacta na formação cidadã do leitor ou telespectador ouvinte e suas visões de mundo. Na *pós scripto sensu*, docentes educam para formar novos docentes mestrandos ou doutorandos, como também pesquisadores que vão investigar toda esta dinâmica social produzindo conhecimento crítico (ou não) que retorna para impactar na área científica, e no trabalho de novos pesquisadores e nas linhas de pesquisa docente. E, principalmente, se estas formas de educar e produzir e disseminar conhecimento ainda se concentram como dominação quando instrumento tradicional de mero acúmulo acrítico e ascensão profissional constantes da ideologia dominante, ou criam autonomia do pensamento crítico de caráter humanista libertário e transformador ao interferir diretamente na realidade social em voga conforme propõe a ética e filosofia freireana.

2) A formação (docente) do jornalista: por mais intelectuais orgânicos da práxis desde a universidade

A partir da conjuntura sociopolítico e econômica brasileira periférica de capitalismo dependente nos imposta pela dominação dos centros imperialistas como os Estados Unidos, Meditsch (2021) acentua que os processos políticos que moldaram o desenvolvimento da história acadêmica refletidos no funcionamento da universidade brasileira contemporânea vieram a resultar em silenciamentos. Na comunicação, onde o jornalismo como aparelho ideológico se encontra, significa cancelamentos e

memórias apagadas na própria construção da área do conhecimento que veio sendo influenciada por organismos representativos como o Centro internacional de estudos superiores de comunicação para a América Latina (CIESPAL) que apoiou as ditaduras latino-americanas, nos anos 1960 (como a do Brasil, inclusive) como agente do governo estadunidense no continente. Inclusive, com a demolição da primeira faculdade em comunicação da Unb pela ditadura, a Ciespal propunha criar um curso de comunicação, conservador e reacionário, articulado aos interesses dos militares nos anos de chumbo (MEDITSCH, 2021).

Em termos de poder para o consenso, a própria teoria da hegemonia analisa o lugar dos meios de comunicação pela perspectiva daqueles que distribuem os conteúdos, ou seja, os privilegiados, sendo a mais dinâmica da superestrutura ideológica. Na contemporaneidade, na sociedade brasileira capitalista democrata liberal, há disputa de narrativas de representação do real entre o jornalismo dito contra-hegemônico (nomeado independente, alternativo, comunitário, sindical, de nicho, etc), e a mídia como aparelho privado de hegemonia burguesa (formado pelos grandes conglomerados de comunicação). Entretanto, não percebe-se em seu *modus operandi*, no Brasil, jornalismo que se autodenomina revolucionário nos moldes ortodoxos *gramscianos*, como também não há uma universidade submetida ao Estado revolucionária cuja visão de mundo seja notadamente *freireana*. Logo, como haver transformação para superação sistêmica das desigualdades sociais no modelo do capitalismo dependente pensando nestes moldes quando quem forma o jornalista (e também docentes na área) pertence à classe privilegiada⁶ a partir de uma estrutura ideológica burguesa? E, ao menos, a perspectiva crítica do jornalismo contra-hegemônico tem espaço significativo no ensino para a formação de novos profissionais jornalistas e/ou de futuros pesquisadores críticos na área?

Ao contrário da teoria weberiana (em Max Weber a universidade é tomada como instituição estática de organização burocrática com racionalização que atinge o trabalho docente) de sua época que separa a política da ciência tratando o intelectual como “ser

⁶ A partir do olhar de Osório (2019), que contemporaniza a teoria da hegemonia gramsciana, a classe docente universitária parte daquela classe mantenedora do Estado, recrutada, pequena burguesia não proprietária, ligada a uma burocracia estatal média ou a baixa burocracia estatal.

independente” ou deslocado do processo sociopolítico e econômico, a discussão de Antonio Gramsci sobre o intelectual a partir dos *Cadernos do Cárcere* traça-lhe uma função de mediação entre as classes sociais e o Estado, sendo ativo nos processos de formação política ao se posicionar a favor dos anseios dos subalternos visando ao despertamento da consciência crítica para fortalecimento de suas lutas e ações políticas para, desta forma, intervir diretamente nos processos sociais numa dinâmica de *filosofia da práxis*, já que educar é ler o mundo para poder transformá-lo, impregná-lo de sentido (FREIRE, 1996).

Ao partirmos da premissa que dentre dois tipos de figura da *intelligentsia*, distinguidas por Gramsci (1982), temos de um lado o intelectual tradicional ligado às classes dominantes, legitimador do sistema capitalista reificado e, em contrapartida, de outro o intelectual orgânico ligado a causa e verdade do proletariado e às lutas populares visando à emancipação como também defende Freire (1974) na ação pedagógica, a classe trabalhadora docente em comunicação [mesmo que de origem pequeno burguesa] poderá optar pelo engajamento em várias esferas de representação política cotidiana a partir da sala de aula encarando o seu papel de responsabilidade com consciência de sua função social crítica, tanto na formação de novos profissionais jornalistas na graduação ou de novos docentes na pós-graduação *scripto*. Pois, a hegemonia não é só política e econômica, mas manifesta-se como relação pedagógica dos intelectuais com as massas, neste caso, disseminando conhecimento crítico.

Denis de Moraes (2016) cita que dentre os intelectuais de esquerda, progressistas, que atuaram como jornalistas e ativistas está o próprio Antonio Gramsci, que atuou nos jornais *L'Ordine Nuovo* e *L'Unita* (1920), ambos vinculados ao Partido Comunista Italiano, e que procurava “combinar jornalismo, a militância e as reflexões sobre o alcance social e os sentidos políticos da produção jornalística” (MORAES, 2016, p. 31), também como filho de camponeses da região italiana empobrecida da Sardenha cuja situação de miséria vivenciada na época provavelmente tenha colaborado para formação da leitura política de mundo do filósofo do cárcere. Pensando a partir da atuação social ativa de Gramsci na Itália fascista para os estudos de jornalismo contemporâneos que influem na formação de novos profissionais jornalistas e pesquisadores dentro da universidade brasileira, torna-se fundamental a reflexão: a práxis é vivida de fato (na ação política) pelos estudiosos que se

PENSACOM BRASIL – VIRTUAL – 06 e 08 de dezembro de 2021

identificam como críticos ‘corporeificando as palavras pelo exemplo’, ou é apenas transmitida teoricamente descolada da realidade social- inclusive ocultando o caráter de classe- que envolve os sujeitos na relação pedagógica do ensino?

Para Paulo Freire (1996), não é possível desvincular a prática educativo-crítica como forma de intervenção no mundo, pois somos seres condicionados, mas não determinados como quer fazer crer o fatalismo do pensamento único dominante gerador de acomodação. Sobretudo, somos seres inacabados, pois construídos na aprendizagem a cada dia nas relações uns com os outros mediados pelo mundo. O aspecto antropológico freireano ressalta a necessidade de educarmos para a práxis formadora de sujeitos históricos pois como seres da práxis social (agir comunicativo) e da práxis produtiva (trabalho, cultura) é preciso radicalidade na ação pedagógica no sentido de ir à raiz dos problemas contextualizando-os e problematizando-os:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. [...] Sou professor a favor da luta constante contra qualquer qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou essa aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e me imobiliza. (FREIRE, 1996, p. 54)

Com base na classificação resgatada por Souza (2005), sobre os estudos de comunicação acadêmicos com aproximação do marxismo podemos verificar a comunicação (e mais especificamente, o jornalismo) em 3 linhas: jornalismo como produto/ mercadoria pelos estudiosos da Escola Crítica de Frankfurt, na Alemanha, especialmente Adorno e Horkheimer (estudos críticos ao aparato dominante do jornalismo tradicional, dos grandes conglomerados de comunicação e seus monopólios); na perspectiva dos estudos culturais ingleses (críticos, mas ainda falando do lugar eurocentrado) e latino americanos (considerando a cultura popular dos países de economia dependentes, periféricos)- ambos potencialmente usados em estudos sobre jornalismo contra- hegemônico; e por último, os estudos relacionados à visão pedagógica da comunicação, tendo a comunicação como algo dialógico, não imposta autoritariamente. Aqui, o autor encaixa Paulo Freire, cuja filosofia une a teoria à práxis com participação popular ativa, com todos os sujeitos como potenciais comunicadores

(SOUZA, 2005).

Pensemos se a própria classificação dos estudos críticos em comunicação pressupõe uma fragmentação do pensamento crítico nos objetos de estudo na academia privilegiando a teoria, e ocultando a necessidade do ato político de educar para a *práxis freireana*, uma vez que a visão pedagógica da comunicação, compatível modo de vida e visão libertária de mundo que precisam ter os intelectuais orgânicos *gramscianos*, deve vir não apenas como “filão de estudo” mas permeando todas as relações étnico-sociais e culturais entre sujeitos nos departamentos de comunicação e jornalismo, para também com relações horizontalizadas e dialógicas superarmos a ideia da universidade como simulacros de diálogo, automática, performática já que as estruturas de comando hegemônicas continuariam as mesmas na democracia burguesa liberal. Aqui, considerando, por exemplo, as diferentes gestões de comando universitárias com a troca de reitores cuja escolha ainda é vinculada ao Poder Executivo Federal pertencente a estrutura do Estado (sociedade política) que, na teoria da hegemonia, se embate ideologicamente em processo contínuo com a sociedade civil onde as instituições de ensino estão situadas.

3) Relações Humanistas: novo modelo de sociabilidade dialógico e libertário em Paulo Freire

De fato, a palavra liberdade tem um significado central na formação do pensamento crítico de Paulo Freire, e também deve ser apreendida/aplicada quando se fala em práticas pedagógicas no ensino e docência em jornalismo. Ao contrário das tradições eurocêntricas que marcaram o pensamento ocidental e que, de acordo com MEDISTCH (2012), são preponderantes na construção curricular acadêmica do ensino de jornalismo nas graduações e pós- graduações brasileiras, Freire enxerga a libertação como um ato coletivo, ligado ao fato de se poder dizer sua própria palavra verdadeira autêntica, já que conforme argumenta Lima (2015) ao resgatar o desenvolvimento da comunicação dentro do pensamento freireano, a sociedade brasileira (o povo) ‘desenvolveu- se’ emudecida (gerida por comunicados) por imposição das violências física e simbólica advindas com a colonização.

Segundo Oliveira (2017), historicamente, a máxima freireana que ninguém

liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho e que fazemos a libertação em comunhão (ligada à dimensão relacional) se opõe fortemente à noção de “liberdade” ligada à dimensão individual (isolamento) da filosofia grega clássica como a relacionada à alegoria da caverna de Platão, quando o filósofo grego imagina os seres humanos acorrentados numa caverna, onde apenas alguns conseguem se libertar, sair para distinguir essência (percepção intelectual, abstrata, “restrita”) da aparência (apreendida pela dimensão sensorial inerente a todos) (OLIVEIRA, 2017); ou à dimensão punitivista dos teóricos iluministas liberais dos séculos XVII e XVIII como do teórico político inglês Thomas Hobbes (1588-1679) que para deter o inevitável egoísmo do ser humano provocador de guerra, sugere obediência a um contrato social e a um soberano absoluto (Leviatã) com submissão as suas normas e controles.

A propriedade sobre o outro converte tudo que é vivo em coisa morta, numa espécie de amor necrófilo conforme explica o psicanalista, filósofo humanista e sociólogo alemão Erich Fromm, citado por Paulo Freire na obra *Pedagogia do Oprimido*. O amor para o necrófilo tem satisfação pela posse, essa morte vem pela objetificação (o ser vivo transforma-se em coisa). A posse e o controle significam matar o ser vivo, logo essa relação não é livre. Para Paulo, a própria opressão que exerce um intenso controle sobre os corpos e mentes é necrófila pois se alimenta do amor à morte e não do amor à vida. Daí, a necessidade de uma pedagogia humanizadora, sobretudo, crítica a toda essa tradição ocidental onde a liberdade vem pela morte do outro (OLIVEIRA, 2017).

A própria concepção bancária de educação (relação professor x aluno: verticalizada acrítica para mero depósito de conhecimento)- modelo formal elitista que serviu de base para a concepção da própria universidade burguesa de origem é um instrumento desta opressão necrófila que torna-se cíclica. Pois, numa relação verticalizada o que se desperta no sujeito objetificado é uma consciência semi-intransitiva (há uma troca de posição), um desejo de estar no lugar do opressor, o que significa a reprodução dos processos de opressão que ele próprio sofreu anteriormente.

Em Paulo, a liberdade é ontológica, condição definidora do ser, como também significa antidominação e antiexploração, ou seja, contra a hierarquia de falas (não há saber superior, nem inferior, mas sim saberes diferentes) sustentada pela ideologia neoliberal e constante tanto do *modus operandi* estrutural da universidade burguesa,

PENSACOM BRASIL – VIRTUAL – 06 e 08 de dezembro de 2021

como do jornalismo dominante e da sociedade capitalista. Portanto, na perspectiva dialógica anti (extensão) domesticação, proposta por Freire, o conhecer (comunicação) exige curiosidade e ação para transformar a realidade de forma coletiva e recíproca, pois emancipa-se tanto o sujeito que num certo momento tem uma postura opressiva ao enxergar uma possibilidade de relação com o outro além do mero comando de fala, como há libertação do oprimido que também vai poder falar sua palavra (FREIRE, 1983). O diálogo emancipa neste aspecto ao apresentar tais possibilidades diversas de relacionamento.

Libertação para Freire não é apenas a troca de lugares, é uma mudança na forma de relacionar-se; derivado do ato de educar por amor, não aquele “amor” que aprisiona, mas aquele que tem paixão pela vida na sua dinamicidade, na sua autonomia, na sua potencialidade, imprimindo uma nova relação docência x discência baseada na educação como ato dialógico, rigoroso, intuitivo, comunicativo, afetivo que necessita de politicidade, criticidade e conectividade. Verdadeiramente comunicar, humanizar, e não apenas estender (depositar mecanicamente), reconstruindo o mundo lido e compartilhado por meio de uma ciência aberta às necessidades das pessoas.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, L. ; MARTINS, F.S. **O discente da pós-graduação stricto sensu: desistências e resistências, induções externas e adoecimentos.** Congresso ibero-americano de docência universitária sobre “o envolvimento estudantil”- PUC Rio Grande do Sul, 2018.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: O Ensino Superior, da Colônia à Era Vargas.** 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo.** Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FERNANDES, F.. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** 1 edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7.ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

PENSACOM BRASIL – VIRTUAL – 06 e 08 de dezembro de 2021

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho** : ensinar-e-aprender com sentido. 2. ed. São Paulo Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 4º edição, 1982.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Luiz Werneck Viana. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

LIMA, V. **Cultura do silêncio e democracia no Brasil**: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015), Brasília: Editora Universidade de Brasília (Unb), 2015.

MORETZSOHN, S. D. **Pensando contra os fatos, jornalismo e cotidiano**: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORAES, D. **Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia**: a contribuição teórica de Gramsci. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

_____. **Crítica da Mídia e Hegemonia Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2016.

MEDITSCH, E. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**: a função da universidade e os obstáculos para sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **História Política da Comunicação**. Aula inaugural PPgcom-unb; Prof. Eduardo Medistch, em 15 mar.2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=d6woxP5aWna>. Acesso em 01.nov.2021.

NETTO, A.M.L. **Adoecimento dos docentes de pós-graduação stricto sensu**: um estudo de caso: as influências da mercantilização do ensino superior neste adoecer / Tese (doutorado)- PUC Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2020.

OLIVEIRA, D. **Jornalismo e Emancipação**: uma prática baseada em Paulo Freire. 1 ed, Curitiba: Appris, 2017.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Edição revista e ampliada. São Paulo, Expressão Popular, 2019.

SCHNORR, G.M. Pedagogia do Oprimido. In: Ana Inês (org.) **Paulo Freire**: vida e obra. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOUSA, E.A; BERTI, O.C. **O ensino de Jornalismo nas universidades brasileiras**. Reflexões em tempos de crises e evoluções da área. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação-Intercom, Manaus/AM, 2013.

SOUZA, RBR de. **Gramsci e a comunicação**: a mídia como aparelho privado de hegemonia. VII Jornada Multidisciplinar: Humanidades em Comunicação. FAAC/UNESP-Bauru/ outubro 2005.